Saber matemático e saber político

Mathematical knowledge and political knowledge

Saber matemático y saber político

Crítica aos que pretendem julgar os sistemas representativos sob rigores aritméticos, indicando que o princípio que tem orientado nas constituições republicanas brasileiras a distribuição de representantes nas instituições políticas não obedece a números, pelo contrário, usa números para ser obedecido, e que as raízes desse princípio estão, provavelmente, em autor inglês do século XVII.

Critique to those intend to judge systems of representation by the rigors of arithmetic. We posit that in Brazil's republican constitutions the principle which has oriented the distribution of representatives in political institutions does not obey numbers, on the contrary, it uses numbers to be obeyed; and that the roots of such principle are probably found in the political works of an English author of the 17th century.

Crítica a los que pretienden juzgar los sistemas de representación bajo rigor aritmético. Se plantea que el principio de las constituciones brasileiras que ha orientado la distribución de representantes en las instituciones políticas no obedece a números sino, al contrario, usa números para ser obedecido, y que probablemente las raíces de esse principio se encuentran en autor inglés del siglo XVII.

Palavras-chave: sistema, representação, princípio, equilíbrio

Autor:

Prof. Dr. Valter Duarte Ferreira Filho

Professor de Ciência Política da UERJ e da UFRJ, Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ e Doutor em Economia pelo IE da UFRJ.

E-mail: valterduarteff@yahoo.com.br

Introdução

Embora os homens jamais tenham construído um sistema perfeito de pensamento, há quem fale como se fosse possível chegar a fórmulas aritméticas capazes de fazer dos sistemas representativos exemplos de justiça, diga-se, de perfeição política, e queira deduzir desse ideal indemonstrável a devida autoridade para julgar as chamadas *democracias contemporâneas*. Por isso seu ponto de partida não tem sido exatamente indicar o caminho para esse objetivo e sim apontar distorções e propor correções, talvez tratamento do que dizem ser *patologias*, numa tarefa que tende a terminar, e talvez não pretenda outra coisa, num lamentar infundável contra aquilo que é de um jeito e, segundo pensam, devia ser de outro.

Um dos alvos dessa lamentação é o sistema representativo brasileiro, que não teria no Congresso o resultado de eleições realmente democráticas, a saber: eleições que obedecessem a princípios de isonomia eleitoral. Na realidade, eleitores de estados de menor população, como Sergipe, Rondônia e Roraima, têm votos de maior peso do que o dos eleitores dos estados de maior população, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tanto para a Câmara de Deputados quanto para o Senado, violando o que seria o *princípio democrático* de dar pesos iguais a todos os votos, com efeitos também, por conta da fórmula eleitoral empregada, nos resultados desproporcionais relativos à alocação das cadeiras pelos partidos políticos¹.

No entanto, essa distribuição desproporcional de representação condenada pelos praticantes de metrificas incultas por não obedecer a rigores aritméticos banais tem fundamentos políticos. E não se trata de fundamentos para sistemas arbitrários, autoritários, antidemocráticos ou que palavra se queira usar para designar algum tipo oposto ao que possa ser considerado *democracia*.

São fundamentos de ordens políticas baseadas na distribuição de comandos para as quais não seja desejável nem conveniente preponderância de qualquer comando sobre os demais, e seja desejável e conveniente manter a todos em unidade. Devido a isso, não são fundamentos de ordens redutíveis a fórmulas aritméticas ou adequadas a esse tipo de avaliação, mesmo que ao praticá-las, ao legislar, se faça uso de números. Em rigor, não subordinam relações humanas a ideais e expressões matemáticas, antes tratam de subordinar estas últimas ao que não tem medida, muito menos justa medida.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dá exemplo de como se procede de acordo com esses fundamentos, apesar de fazer uso de números e de palavras indicativas de intenções de não promover e até de impedir distorções no seu sistema representativo. Numa primeira leitura, parece mesmo compartilhar as preocupações dos praticantes de metrificas incultas. Mas essa intenção é apenas aparente. O princípio político ao qual obedece é outro, nada tendo a ver com o ideal de praticar uma fórmula de perfeição democrática.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito e mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

¹ Vamos citar aqui um único trabalho, abrangente o suficiente para a proposta deste artigo, uma vez que em poucas páginas refere-se à história dessas preocupações, fala de não-proporcionalidade como *patologia* e tem ampla bibliografia a respeito: (NICOLAU, 1997: p. 441-461).

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Vale dizer da clareza com que esses artigos utilizam números exatamente para impedir que alguma rigorosa exigência de cumprimento aritmético de justa proporcionalidade tente se impor ao princípio político que preside essa organização federativa. O estabelecimento de limites mínimo e máximo de deputados por Estado, sem qualquer referência a limites mínimos e máximos de população, e a igualdade de três senadores por Estado, independentemente da população e do território de cada um, não dão margem a dúvidas de que haja esse outro princípio para além de números e que pode se valer de números até para subordiná-los, como vimos, ao que não tem medida.

Porém, em rigor, não se pode dizer que haja consciência desse princípio político por parte de seus praticantes, por parte dos autores dessa legislação. O fato é que agem ou agiram orientados por ele, seja por terem chegado a ele numa sequência de ensaios e erros, seja porque aprenderam sua lógica de algum modo, talvez no ensino de alguma teoria aparentemente apolítica, talvez no prosseguimento de uma tradição institucional. Isso porque esse princípio não é dado, não está na semente intelectual de ninguém; ele é construído. É provável que tenha raízes na história política, mais precisamente na história das instituições políticas liberais, na história do pensamento que as precedeu. É provável que venha lá da Inglaterra do século XVII, que tenha sua origem no *Oceana* (1656) de James Harrington (1611-1677) e que, apesar de toda essa distância, porque espalhou-se pelo mundo em teorias e instituições, seja o fundamento do sistema representativo brasileiro. Vamos verificar:

I

A influência do livro *The Commonwealth of Oceana*, este o seu título completo, pode ter sido consideravelmente extensa entre os militantes políticos do tempo de sua publicação e duradoura na continuação dos problemas e dos objetivos burgueses então descobertos, em contraste com o que nos leva a imaginar a pequena importância que lhe atribuem na literatura política: algo próximo à indiferença e ao esquecimento. Com efeito, o equilíbrio político entre um número não concentrado porém limitado de proprietários privados de meios de produção (*balance*, não *equity*), princípio idealizado por Harrington para orientar a distribuição de propriedades na Inglaterra e a formação institucional da sua *Commonwealth*, tornou-se uma espécie de palavra de ordem política aceita por individualistas em geral como a própria condição necessária para se governarem apenas e diretamente por eles mesmos. Ao contrário dos muitos escritos e das muitas idéias com muita ou pouca repercussão no período do Protetorado de Cromwell, o *Oceana* foi tomado como importante argumento por muitos dos que então pressionaram por uma lei agrária definidora de nova distribuição de propriedades e contribuiu de modo decisivo para consolidar a *Com-*

monwealth como tema político e objeto de pensamento voltado para sua realização institucional.

No entanto, o fato de as instituições propostas em metódica sistematização pelo próprio Harrington não terem sido realizadas fez com que o *Oceana* viesse a ser incluído entre as muitas utopias pouco prestigiadas, citadas como meras curiosidades perdidas no confronto com a objetividade de suas próprias épocas e, por isso, a ter esquecidos os seus princípios. Acredita-se que a não-realização da proposta específica de Harrington invalidou definitivamente o seu princípio de equilíbrio político e não se imagina que esse possa ser encontrado em outras formas de pensamento, nem que possa ter sido realizado em outras formas institucionais. Em relação à primeira possibilidade, que não implica realização institucional, Isaac Newton e Adam Smith, deixando sucessores, tentaram construí-lo na Física e na Economia Política. Sob o imperativo da coerência lógica de sua construção, conduzindo assim o seu significado político, tentaram demonstrar, respectivamente, nos *Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*, mais precisamente no seu Livro III, *O Sistema do Mundo*, e na *Investigação a Respeito das Causas da Riqueza das Nações*, especialmente no seu Livro I, o quanto era possível considerá-lo para construir uma ordem autogovernável de forças ainda que ideal, embora tivessem toda a pretensão de que fossem a representação correta da ordem universal e, no caso de Adam Smith, da ordem civil que devia ser: o *sistema de mercado*. E foram exatamente essas construções os modelos imperfeitos – embora portadores da pretensão de representar ordens divinas, perfeitas –, aqueles dos quais o pensamento liberal procurou deduzir uma ordem institucional justa e democrática para representar e controlar as sociedades capitalistas. Por isso, e de tanto que esses modelos foram ensinados no mundo, a influência do princípio do equilíbrio político de Harrington persistiu e ganhou existência, ainda que de forma inconsciente, provavelmente, em muitas constituições e, certamente, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Harrington escreveu e publicou o *Oceana* num dos períodos ideológicos mais polêmicos e férteis da história inglesa: o da vitória do Parlamento na guerra civil, seguido da execução de Carlos I e do Protetorado de Cromwell, 1648-1658. Foi o período em que a chamada *Revolução Inglesa* começou a procurar a sua teoria revolucionária que, em rigor, lembrando-se a restauração da monarquia em 1660 com Carlos II, só viria a encontrar cerca de dois anos depois da Revolução Gloriosa de 1688, com a publicação das principais obras de Locke. Mas é preciso considerar que aquele período deixou raízes, algumas delas no *Oceana*.

Escrito em boa parte contra o *Leviatã* de Hobbes, 1651, teve como principal proposta a construção de uma *Commonwealth* autárquica, sem reis ou qualquer instituição equivalente em seu comando. É certo que foi uma nítida resposta ao suposto Hobbes que teria proposto um *império de homens sobre homens* e não ao Hobbes que propôs uma sociedade, o *Leviatã*, totalmente vivida por representação e baseada numa troca enfiteutic entre reis e proprietários privados possuidores de excedentes monetários, exatamente aquela que vinha sendo a mais constante prática de relações políticas entre reis e súditos na história inglesa desde as primeiras fases da *Guerra dos Cem Anos*.

Essa troca enfiteutic descrita e defendida por Hobbes no *Leviatã*, posição reacionária naquele momento revolucionário, tinha como objetivo recuperar princípios de concórdia e ordem na Inglaterra baseados no reconhecimento de que os proprietários privados possuidores de excedentes monetários eram a fonte de poder (leia-se: dinheiro), que concediam aos reis, que por sua

² A palavra *balance* usada por Harrington indica ponderação, harmonia entre as partes, provavelmente a intenção do autor de propor uma ordem política estável, ordem que permitisse estimativa não rigorosa em termos de aritmética, em termos de medida. *Equity*, ao contrário, como se vê, por exemplo, no *Leviatã*, indica igualdade, justiça e doing to others, as we would be done to, enfim, um tipo de relação que impõe medida para sua realização, para sua verificação. (Hobbes, 1983: pg 87)

vez lhes concedia o fundamento divino para cunhagem monetária e lhes garantia, comandando a força paga pelo dinheiro, a propriedade privada, na qual viviam e produziam os excedentes necessários para obtenção desse dinheiro.

De qualquer forma, a interpretação equivocada é indicativa da posição de Harrington contrária ao absolutismo e do seu ideal de realização institucional de uma *Commonwealth* autárquica, exemplo de ordem em equilíbrio político entre proprietários privados. Em rigor, o ideal de equilíbrio político cuja lógica procurou desenvolver no *Oceana* seria o princípio político de uma anarquia de proprietários privados. Não surpreende, portanto, a anarquia do sistema newtoniano: a ordem em equilíbrio geral das forças desiguais do universo, nem a anarquia do sistema de mercado de Adam Smith: a ordem em equilíbrio geral na produção de riquezas, nas trocas e na formação de *stocks*.

Com efeito, a discussão contra Hobbes, que por sua vez viria a responder a Harrington e a outros no *Beemote*, não dizia respeito somente à possível forma de governo da *Commonwealth*. Referia-se também a tudo o que pudesse ser considerado como sua razão de ser e, por isso, dizia respeito à história inglesa e às mudanças relativas ao objeto em torno do qual ocorrera a guerra civil, aquele para o qual os vencedores procuraram definições institucionais relativas ao seu significado, à sua distribuição, à sua garantia e à sua representação política: a propriedade privada. E também, não tão explicitado, referia-se a outro objeto igualmente importante: os excedentes monetários particulares. Nesse ponto, porém, como Hobbes, Harrington reconheceu a força dos súditos proprietários privados de meios de produção e possuidores desses excedentes.

Por isso, como autarquia, a *Commonwealth* idealizada por Harrington seria resolvida somente entre proprietários privados, como formação absolutamente inglesa, como formação à parte das várias dinastias não inglesas que haviam reinado na Inglaterra, sem dúvida, em bases muito próximas daquelas que encontrariam no pensamento político liberal, na idéia de *sistema de mercado* e no parlamentarismo as suas formas teóricas e práticas de existir. Desse modo, como Hobbes não fora na sua proposta, foi preciso e definidor do ideal burguês de autodeterminação individual e coletiva, ao reconhecer os valores específicos da comunidade à qual se referia em relação aos seus reis e também o caráter revolucionário da afirmação política da *Commonwealth* então levada a efeito por Cromwell.

Uma commonwealth nada mais é do que a consciência nacional³. (HARRINGTON, 1992: 39)

É preciso dizer que o ideal de equilíbrio de Harrington não dizia respeito a igualdade de forças nem a igualdade social, embora, de acordo com certa tradição inglesa, propusesse limites para as propriedades distribuídas. De fato, o equilíbrio proposto foi em favor de proprietários privados que não tinham ideais igualitaristas e combatiam os que os defendiam e pretendiam pô-los em prática, tal como os *niveladores*, *levellers*, aos quais Harrington fez dura oposição. (HILL, 1987: 126) Por isso, apesar de ser uma proposta de novos princípios para novas instituições políticas, ele não estava a serviço de mudanças radicais como a extensão social do direito de propriedade privada de meios de produção. O ideal de equilíbrio entre proprietários privados veio em serviço da consolidação do que até o tempo do Protetorado de Cromwell fora conquistado, e de nada mais. Neste senti-

do, ele era de tendência conservadora e a futura influência da idéia de equilíbrio viria a confirmá-la.

O fato é que Harrington, como Hobbes, descobriu a natureza do problema político burguês, o de formar uma comunidade de individualistas, e, ao contrário do que lhe pareceu ter sido indicado no *Leviatã*, considerou a necessidade de resolvê-lo pelo caminho da auto-suficiência da *Commonwealth*, desde que consideremos que essa auto-suficiência seria não depender de reis ou qualquer comando central. Sem dúvida, a linha de raciocínio de suas objeções ao *Leviatã* diz respeito a isso. No entanto, considerando-se as preocupações de Hobbes relativas ao estabelecimento de limites para as ações e ganhos individuais uma vez que estivessem os homens sob justiça natural, veremos que são basicamente as mesmas de Harrington.

A diferença entre ambos, e que os fez desenvolver duas concepções opostas de ordem burguesa, está no modo de determinar os limites para as ações individuais. Para Hobbes, seria por meio de um somatório das forças dos súditos mas exterior a eles por obra de um contrato; tese que para muitos pareceu fundamentar um império de homens sobre homens. Mas para Harrington, os limites deviam existir em uma formação institucional realizadora de determinadas condições de distribuição de propriedades, na qual os papéis políticos não permitissem que ninguém ultrapassasse em poder a ninguém e, portanto, ao conjunto da *Commonwealth*. Seria este o significado do seu ideal de equilíbrio: nenhum proprietário devia exceder em poder; daí porque negar, impedir o que chamou de *overbalance*. Esse equilíbrio era o que para ele definia uma *commonwealth* qualquer em oposição a monarquias absolutas e a monarquia mistas; era o que definia a idéia de equilíbrio político como princípio do que devia ser a *Commonwealth* inglesa e como princípio do argumento em contrário aos que por acaso fundamentassem e apoiassem a desigual distribuição de propriedades de outras formas de ordem política.

Se um homem for senhor exclusivo de um território, ou preponderar sobre o povo, por exemplo, em três das quatro partes, ele é grande senhor,...., e seu império é monarquia absoluta.

Se uns poucos ou uma nobreza, ou uma nobreza com o clero, forem senhores de terras, ou preponderarem sobre o povo na mesma proporção,...., o império é uma monarquia mista, como aquelas da Espanha, da Polônia e até recentemente a de Oceana. E se todo o povo for de senhores de terras, ou então detiver as terras divididas entre eles, de modo que nenhum homem, ou número de homens, dentro do círculo de uns poucos ou de uma aristocracia, preponderar sobre eles, o império (sem interposição de força) é uma commonwealth⁴. (HARRINGTON, 1992: 11)

Para Harrington, *commonwealth* não era apenas a palavra para designar a Inglaterra dos proprietários de meios de produção tal como ele em seu tempo reconhecia estar em processo de afirmação política. Essa palavra, na medida em que propunha uma ordem autárquica, significava uma das possíveis formas de governo, e tal como as monarquias por ele citadas, fundada em um tipo próprio, exclusivo, de distribuição de propriedade. Em rigor, pensava a *Commonwealth* inglesa como formação que ainda não construía a sua forma política adequada, dependente,

⁴ If one man be sole landlord of a territory, or overbalance the people, for example, three parts in four, he is grand signor,...., and his empire is absolute monarchy. If the few or a nobility, or a nobility with the clergy, be landlords, or overbalance the people unto the like proportion,...., the empire is mixed monarchy, as that of Spain, Poland, and late of Oceana. And if the whole people be landlords, or hold the lands so divided among them, that no one man, or number of men, within the compass of the few or aristocracy, overbalance them, the empire (without the interposition of force) is a commonwealth.

³ A commonwealth is nothing else but the national conscience.

portanto, de encontrar sua própria solução institucional. Isto pode ter levado os poucos autores que o analisaram a igualar em significado as palavras *commonwealth* e *república*. Não estariam errados, pois, afinal, o próprio Harrington as igualou. Mas essa igualdade esconde o problema descoberto e os princípios da solução proposta que, para nós, são fundamentais para entender o sentido político da sua idéia de equilíbrio e, em consequência, o sentido do equilíbrio do sistema de mundo de Newton, o sentido do equilíbrio do *sistema de mercado* de Adam Smith e o *espírito* dos sistemas representativos de raízes inglesas que se espalharam pelo mundo.

Sem dúvida, Harrington deu margem a confusões. Referiu-se à Inglaterra como sendo a *Commonwealth of Oceana* cujo passado, então recente, de governo monárquico, teria sido incompatível com as suas condições de aquisição e distribuição de propriedades, que haviam sido alteradas de modo violento desde o confisco das terras dos mosteiros no século XVI. Seria preciso, então – depois do longo período de crise entre os novos proprietários e a dinastia Stuart, que atingira seu momento decisivo na guerra civil entre os proprietários parlamentaristas e o rei Carlos I^o, representar e consolidar a mudança em novas instituições de modo a fazer da *Commonwealth* um *império das leis e não dos homens*, para ele, o necessário modo de ser de uma autarquia.

Assim, a *Commonwealth* inglesa já existia mesmo sem aquela que para Harrington seria a sua forma apropriada de governo: ela era apenas a comunidade de proprietários privados em si ainda em plena monarquia⁵. Porém, os exemplos de *commonwealth* citados no *Oceana*, o de Veneza, mais recente, e o de Roma nos tempos anteriores a César, além de serem referentes a formações que tradicionalmente foram chamadas de *repúblicas*, deram uma generalidade à palavra *commonwealth* totalmente imprópria se a considerarmos como significativa apenas para a formação social inglesa e que, além disso, não seria indicativa de qualquer instituição política formal: era, a princípio, apenas uma comunidade civil.

Devemos dizer, no entanto, que seria exigir demais que Harrington não apelasse para a História a fim de encontrar um modelo para fundamentar o seu argumento e que, em uma incrível ousadia, apontasse a *Commonwealth* inglesa como uma nova formação social em processo de criação de suas instituições representativas mais puras. Portanto, se a *Commonwealth*, segundo Harrington, tendia a formar instituições de caráter republicano, ela em si não era uma república; pois esta seria, enfim, com toda a ambigüidade que a história escondeu sob o seu significado etimológico, apenas o nome dado à forma institucional escolhida por Harrington para a sua auto-suficiência política, ou melhor, para a auto-suficiência política apenas da burguesia inglesa.

Não deve surpreender, ainda, que Harrington tenha sido tão parcial em favor dos possíveis beneficiários de suas idéias e que tenha parecido ser tão abrangente ao propor um governo popular (**popular government**). É preciso não julgá-lo sob os valores atuais. A idéia de integração das diferentes classes ou setores produtivos, como se queira chamá-los, na sociedade ca-

pitalista é relativamente recente; talvez tenha começado a aparecer bem próximo do final do século XVIII. Foi por essa época, em boa parte devido ao reconhecimento dos efeitos sociais devastadores da Revolução Industrial, que o aumento da população europeia, a falta de habitações, a escassez de meios de subsistência e as péssimas condições de vida do proletariado vieram a ser objeto de ampla discussão que se estendeu por todo o século XIX e prossegue nos dias de hoje.

Durante o século XIX, na Inglaterra, sob influência de pensadores como Jeremy Bentham, James Mill e Stuart Mill, foram criadas possibilidades de representação e participação de assalariados nas instituições políticas liberais. O provável temor de que segmentos assalariados, com problemas cada vez mais graves, podiam lutar por novas formas de distribuição de propriedades de meios de produção, ainda mais porque eram objeto de literatura e de partidos formados para mudar a ordem das sociedades, mobilizou seus políticos conservadores. Embora contra alguma resistência, conseguiram estender a representação política a esses segmentos, porém, mediante papéis institucionais prescritos de modo a jamais lhes permitirem poderes revolucionários. Desse modo, reforçaram os mecanismos de controle social *democratizando* para conservar.

E esse processo de integração política – ao qual chamamos de processo civilizatório: substituto histórico da catequese cristã, e não o final da seqüência evolucionista que teria anteriormente selvajaria e barbárie – propagou-se na tentativa de educar a todos em todas as sociedades do planeta e, em consequência, tornou-se questão moral, cujo sentido último, para além de construir uma ordem política segundo os seus valores, seria o de evitar qualquer luta política transformadora e não exatamente beneficiar os deserdados da propriedade. Por isso, permanece soberana a idéia de que a civilização seja benéfica para todos e que seria condenável não estendê-la ao máximo. Portanto, concepções restritivas de governo popular como as de Harrington não seriam adequadas nos dias de hoje; seriam consideradas imorais. Mas Harrington estava em seu próprio tempo, no qual a devastação social provocada pelo desenvolvimento burguês estava apenas começando e nada do que anteriormente citamos existia como problema. Ele não tinha as ambíguas obrigações morais dos atuais políticos burgueses, nem imaginava que seu princípio político viria a ser uma das mais permanentes bases de controle social e estabilidade política.

II

Tudo indica ter sido Harrington o primeiro a pensar em criar uma exclusiva ordem política de proprietários privados ingleses como expressão de certa realidade de sentimento já existente entre eles. Eles seriam, desde que em equilíbrio, a própria vida e a própria alma daquela comunidade de individualistas.

Portanto, assim como neste ponto eu concordo com Maquiavel [*de quem acabara de citar um trecho dos Discorsi*] que uma nobreza ou *gentry*, desequilibrando um governo popular, é a sua completa perdição e destruição; assim vou demonstrar em um outro ponto que uma nobreza ou *gentry* num governo popular, não o desequilibrando, é a sua própria vida e alma⁶. (HARRINGTON, 1992: 15)

⁵ Sobre este ponto, Macpherson esclarece, sem esquecer de citá-lo, que no retrato que Harrington fazia da sua própria sociedade, precisamos notar que uma classe era deixada por ele fora desse quadro. Aos assalariados, ou “empregados”, não apenas é negada a cidadania (com fundamento em que não são homens livres, e que portanto são incapazes de participar do governo de uma comunidade); são tratados menos como classe dentro da comunidade do que como uma população excluída desta. Não devem ser levados em conta ao se construir o equilíbrio de classes dentro da comunidade: “As causas de comoção dentro da comunidade, ou são externas ou internas. As externas vêm dos inimigos, dos vassallos ou dos empregados”. (MACPHERSON, 1979: 192)

⁶ Wherefore, as in this place I agree with Machiavel that a nobility or gentry, overbalancing a popular government, is the utter bane and destruction of it; so I shall in another that a nobility or gentry in a popular government, not overbalancing it, is the very life and soul of it.

O problema é que, mais do que a distribuição de propriedades proposta, ele precisava ter construído e fundamentado em Deus, exigência indispensável de sua época, a ordem geral desse equilíbrio. Não a construiu assim. Mas, como vimos, não faltaria quem, fundamentando-a em Deus, tentasse construí-la por ele.

Como idéia, e tomando somente a distribuição pelos cinco mil proprietários propostos como número limite para a *Commonwealth of Oceana*, o equilíbrio imaginado por Harrington chegou a ter uma tentativa de descrição do que seria como conjunto de relações entre esses proprietários, enfim, uma descrição daquelas que seriam as bases bilaterais ou multilaterais de tais relações. O resultado foi um intrincado arranjo de institucionalização na qual é possível falar em constituição escrita, representação indireta, voto secreto, eleição de magistrados, mandatos de curta duração e alternância nos cargos, entre outras propostas que seriam típicas de ordens políticas liberais.

Acrescente-se que esse equilíbrio é lembrado primeiro como aquilo que não existe nas formas de distribuição de propriedades que favoreceriam o desequilíbrio. Não chega mesmo a ser apresentado como ordem. Em rigor, como vimos na anteriormente citada passagem em que Harrington relacionou diferentes formas de distribuição de propriedades territoriais e os diferentes impérios a elas correspondentes, é possível distinguir com facilidade o que seria o desequilíbrio no caso dos tipos de monarquia mas não o que seria o equilíbrio em si no caso de uma *commonwealth*. Por isso o equilíbrio político entre proprietários privados, base das instituições idealizadas por Harrington para cumprimento de seu ideal, foi definido apenas como resultado de distribuição de propriedades sem qualquer preponderância, fosse de um homem ou de poucos sobre a quantidade bem maior de componentes do povo; como negação, portanto, das formas imperiais. E esse equilíbrio podia não ser exatamente um dado da realidade inglesa que Harrington julgou que devesse encontrar expressão em novas instituições políticas. Por isso, depois de cumprir sua função teórica de negação às ordens anteriores, ele talvez devesse ser criado, realizado por uma lei agrária, *equal agrarian*, uma lei perpétua que o estabelecesse e o preservasse.

Uma lei agrária justa é uma lei perpétua estabelecendo e preservando o equilíbrio político, através de tal distribuição que nem um homem nem um número de homens dentro do círculo de uns poucos ou da aristocracia através de sua posse de terras possa vir a exceder em poder o povo como um todo⁷. (HARRINGTON, 1992: 33)

O fato é que a combinação de forças desiguais sem preponderância de umas sobre as outras - como no universo newtoniano, no qual estrelas de diferentes grandezas, em torno da qual giram planetas, não preponderam umas sobre as outras, muito menos sobre a ordem universal - não demorou a encontrar na comunidade de proprietários ingleses, na qual uns não preponderavam sobre os outros, muito menos sobre a Inglaterra como um todo, a sua realização. A *Commonwealth* existente de fato obedeceu ao princípio do equilíbrio político, o princípio da não-preponderância, no momento em que o Parlamento se fez Poder Legislativo, em 1689, e mais expressivo ainda da realização desse princípio foi o advento do parlamentarismo em 1765, quando consolidou-se como ordem política da comunidade de proprietários individualistas.

⁷ An equal agrarian is a perpetual law establishing and preserving the balance of dominion, by such a distribution that no one man or number of men within the compass of the few or aristocracy can come to overpower the whole people by their possessions in lands.

Poucos anos depois, em 1776, esse princípio teria a sua mais extrema realização: a Independência dos Estados Unidos e o Ato de Confederação. É certo que as dificuldades de consolidação da União e a ditadura dos legislativos estaduais levaram à adoção de uma constituição e à criação de um papel político centralizador embora não imperativo: o do presidente. Mas o que se viu foi, na forma federativa disposta na Constituição de 1787, consolidar-se outra maneira institucional de manter uma comunidade de proprietários privados, o conjunto de oligarquias dos seus treze estados, numa ordem em que não preponderavam uns sobre os outros, como se pode ler no seu primeiro artigo, o que trata da distribuição de representantes por suas unidades fundadoras.

O número de representantes não excederá um para cada trinta mil, mas cada Estado deverá ter ao menos um representante; e até que tal número esteja completo, o Estado de New Hampshire será autorizado a escolher três, Massachusetts oito, Rhode Island and Providence Plantations um, Connecticut cinco, New York seis, New Jersey quatro, Pennsylvania oito, Delaware um, Maryland seis, Virginia dez, North Carolina cinco, South Carolina cinco e Geórgia três.

Todavia, esse não seria exemplo isolado. Com uma história em nada correspondente à história das treze colônias e da formação dos Estados Unidos, o Brasil, em 1891, tomou o modelo norte-americano e adotou uma constituição de caráter federalista. Como se o princípio do equilíbrio político de Harrington o orientasse, o legislador assim redigiu na nossa primeira constituição republicana, submetendo os números a esse princípio:

Art. 28. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria.

§ 1º O número de deputados será fixado por lei em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse número ser inferior a quatro por Estado.

...

Art. 30. O Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do Art. 26 e maiores de 35 anos, em número de três senadores por Estado e três pelo Distrito federal, eleitos pelo mesmo modo por que forem os deputados.

E seguiriam todas as nossas constituições republicanas dispensando o cumprimento aritmético da justa proporcionalidade: a que prescreveria pesos iguais para todos os votos para a Câmara dos Deputados e para o Senado. Na de 1934, a única em que foi estabelecida representação de organizações profissionais na Câmara de Deputados, não se tem margem a dúvidas:

Art. 23. § 1º O número de Deputados será fixado por lei; os do povo, proporcionalmente à população de cada Estado e do Distrito Federal, não podendo exceder de um por 150 mil habitantes, até o máximo de vinte, e, acima deste limite para cima, de um por 250 mil habitantes; os das profissões, em total equivalente a um quinto da representação popular. Os Territórios elegerão dois Deputados.

Na própria Constituição de 1937, que previa a existência e o funcionamento da Câmara dos Deputados, embora em sua vigência não viesse a existir nem a funcionar, o princípio do equilíbrio político não deixou de ser considerado:

Art. 48. O número de deputados por estado será proporcional à população e fixado por lei, não podendo ser superior a dez nem inferior a três por estado.

A Constituição de 1946, sem considerar representação profissional, repetiu a de 1934, determinando, até o vigésimo

deputado de cada estado, a proporção de um para cada 150 mil e, acima do vigésimo, a de um para cada 250 mil habitantes. E a de 1967, que definiu limite máximo de sessenta deputados e mínimo de oito por estado, foi emendada em 1969, estabelecendo-se critérios de representação proporcional redutiva a partir de determinado número de eleitores de cada Estado, como nas de 1934 e 1946, embora com outros números.

Portanto, em relação a sistema representativo, todas partiram do princípio da proporcionalidade, todavia, sem estabelecer como justa essa proporcionalidade, sem defini-la como aquela que melhor se expressa na idéia de que todos os votos devem ter o mesmo peso. Em nenhuma delas há obediência a relações aritméticas. Os números são usados apenas para estabelecer limites máximos e mínimos ou alterações dirigidas de quociente no sentido de impedir que umas forças preponderem sobre as outras. Em todas o sistema representativo está construído para que os desequilíbrios e as desigualdades sociais que possam levar a alguma preponderância não sejam representados nas proporções em que existem. Como vimos, a Constituição de 1988 não fugiu à regra.

Considerações finais

Talvez não fosse necessário ir tão longe para contestar as exigências democráticas dos praticantes de metrólicas incultas. Bastaria desafiá-los a apresentar em tese o sistema democrático perfeito da mesma maneira que economistas tentam, e não conseguem, construir modelos perfeitos de mercado. Poderíamos também, já que suas objeções democráticas dizem respeito, em geral, apenas às distorções de representação de distritos ou estados em ordens federativas, ou às distorções na representação partidária, cobrar-lhes, em favor do que dizem ser democracia, que pensem nas distorções de representações masculinas, femininas, patronais, de assalariados, de profissionais liberais, de brancos, de afrodescendentes, de descendentes de asiáticos e muito mais, não perdendo a oportunidade de pedir que considerassem a provável convergência dessas condições nos cidadãos, bem como com a faixa etária de todos eles.

Todavia, preferimos dizer aos analistas aritméticos dos sistemas representativos que, mesmo sob o imperativo da palavra democracia e de seu significado etimológico, tudo indica que a prática jamais se deu de modo a alcançar resultados aritméticos rígidos e obedientes ao princípio um homem, um voto ou todos os votos devem ter o mesmo peso. Tudo indica que segue o princípio do equilíbrio político de Harrington. Os criadores desses sistemas procuram conciliar extensão social de representação com não preponderância de representados, sejam estados, partidos ou classes. E o controle político que conseguem sobre as pluralidades sociais para as quais têm sido criados não deixa dúvidas.

A atual realidade brasileira está aí como excelente exemplo de uma grande e informal confederação de oligarquias que levou para o seu convívio lideranças oligárquicas do maior contingente populacional do país, que é o dos trabalhadores assalariados, e não permite que ninguém tenha preponderância. A maneira de distribuir suas forças nas instituições políticas, em que pese uma ou outra discordância, um ou outro protesto, deu ao país uma estabilidade política que talvez leve a Constituição de 1988 a ser a mais duradoura de sua história republicana, em que pese o crescimento dos problemas sociais. Só algum fato hoje imprevisível poderá alterar esse quadro.

Enfim, demos preferência a fazer uma pequena indicação de onde se pode encontrar saber político de modo a não confundir-lo com saber matemático, não se considerando aqui os valores

e os ideais aos quais possa servir. Para nós, a questão diz respeito a valores de conhecimento e nossa oposição ao julgamento aritmético dos sistemas representativos, que talvez seja um dos resultados do uso abusivo e moralista que se faz da palavra democracia, vem em defesa da idéia de que saber matemático não é saber político, e vice-versa. Sabedoria política é sabedoria meta-matemática, como a que se inspirou, de maneira consciente ou não, no princípio do equilíbrio político de James Harrington.

Referências bibliográficas

- HARRINGTON, James. *The Commonwealth of Oceana & Sistem of Politics*. Cambridge, Ed. J.G.A. Pocock, University Press, 1992.
- HILL, Christopher. *O Eleito de Deus*. Tradução de Carlos Eugênio M. de Moura, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- _____. *Los Orígenes Intelectuales de la Revolución Inglesa*. Tradução para o castelhano de Alberto Nicolás. Barcelona. Editora Crítica, 1980.
- _____. *O Mundo de Ponta - Cabeça: Idéias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. London & Melbourne, Everyman's Library, 1983.
- _____. *Behemoth*. Tradução para o Espanhol de Miguel Ángel Rodilla. Madrid, Editorial Tecnos, 1992.
- _____. *Do Cidadão*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1992.
- _____. *Diálogo entre un filósofo y un jurista y escritos autobiográficos*. Tradução para o espanhol de Miguel Ángel Rodilla. Madrid, Editorial Tecnos, 1992.
- MACPHERSON, C.B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo de Hobbes até Locke*. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- NEWTON, Isaac. *Mathematical Principles of Natural Philosophy*, in: *Newton - Huygens*. Great Books of the Western World. Chicago, Encyclopedia Britannica, vol. 34, 1952.
- NICOLAU, Jairo M. *As Distorções na Representações dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira*, in: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, vol.40, n° 3, p. 441-461, 1997.
- SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. Edited by Edwin Cannan. Chicago, The University of Chicago Press, 1976.

Documentos

- Constituições do Brasil*. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. S. Paulo, Ed. Saraiva, 33ª edição, atualizada, 2004.
- Articles of Confederation*, in: *Great Books of the Western World*. Chicago, Encyclopedia Britannica, vol. 43, 1952.
- The Constitution of The United States of América*, in: *Great Books of the Western World*. Chicago, Encyclopedia Britannica, vol. 43, 1952.

Agradecimento

A Weber de Barros Junior, pelos comentários e sugestões.

Artigo enviado em 16/06/2006, aceito em 137/08/2006